



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|---|
| D536 | <p>Diálogo conceitual e metodológico das ciências sociais aplicadas com outras áreas do conhecimento 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-99-7 DOI 10.22533/at.ed.997201504</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 302.072</p> |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

Do uso de softwares para inclusão, passando pelo design de cidades e ambientes, o que se destaca nos dois volumes aqui apresentados são as imbricações entre áreas de conhecimento com vistas a tornar a vida viável.

Diversos em suas metodologias e métricas áreas como economia, administração, arquitetura, geografia, biblioteconomia, entre outras, confluem na preocupação com necessidade de compreender o mundo, superar seus desafios e propor caminhos que apontem para a o uso sustentável do solo, o direito à cidade, o acesso ao conhecimento.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO QUE JULGA PROCEDENTE A AÇÃO DE FALÊNCIA | |
| Daniel Gomes de Oliveira Guerreiro Celina Rizzo Takeyama | |
| DOI 10.22533/at.ed.9972015041 | |
| CAPÍTULO 2 | 15 |
| AS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO | |
| Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira Lorenzo Pazini Scipioni | |
| DOI 10.22533/at.ed.9972015042 | |
| CAPÍTULO 3 | 28 |
| COMUNICAÇÃO INTERNA: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DA ÁREA DA SAÚDE | |
| Marcia Dayana Fernandes Cláudia Marcele de Campos Flávio Bortolozzi Keyla Christina Almeida Portela Alexandre José Schumacher | |
| DOI 10.22533/at.ed.9972015043 | |
| CAPÍTULO 4 | 40 |
| CIDADE, ARTE E ARQUITETURA: ESPAÇO FÍSICO, ESPAÇO VIVENCIADO | |
| Marlise Paim Braga Noebauer David Merkle | |
| DOI 10.22533/at.ed.9972015044 | |
| CAPÍTULO 5 | 58 |
| CASAS INTELIGENTES: NOVO OLHAR SOBRE O CONCEITO DE MORAR | |
| Luiza Moraes Cosso Flávia Jacqueline Miranda Fonseca | |
| DOI 10.22533/at.ed.9972015045 | |
| CAPÍTULO 6 | 69 |
| AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA COM O SOFTWARE SGBIBLIOTECA | |
| Anderson Francisco de Souza Almeida Cristiana Guerra Matos | |
| DOI 10.22533/at.ed.9972015046 | |
| CAPÍTULO 7 | 73 |
| ACESSO À INFORMAÇÃO ACADÊMICA ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS | |
| Leticia Priscila Azevedo de Sousa Glaucilene Mariano Sales | |

Marília Santos Macedo

DOI 10.22533/at.ed.9972015047

CAPÍTULO 8 77

ESTUDO SOBRE EFEITOS DO FENÔMENO DE UNDERPRICING EM OFERTAS PÚBLICAS INICIAIS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2016

Bruna Pascualin Tonon

DOI 10.22533/at.ed.9972015048

CAPÍTULO 9 89

INFORMAÇÃO PÚBLICA E INFORMAÇÃO CORPORATIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRANSPARÊNCIA DOS ALGORITMOS PREDITIVOS NAS CIDADES INTELIGENTES

Suzana Mayumi Iha Chardulo

Francisco Carlos Paletta

DOI 10.22533/at.ed.9972015049

CAPÍTULO 10 95

MITOLOGEMAS E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FRENTE ÀS BARREIRAS HISTÓRICO-CULTURAIS

André Felipe Mautoni Monsores

Edneusa Lima Silva

DOI 10.22533/at.ed.99720150410

CAPÍTULO 11 106

PERCEPÇÃO DOS CONTROLLERS SOBRE A UTILIDADE DE SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INTELIGENCIA COMPETITIVA DAS ORGANIZAÇÕES

Percival Queiroz

Josemar Ribeiro de Oliveira

Sofia Inês Niveiros

DOI 10.22533/at.ed.99720150411

CAPÍTULO 12 124

UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE JUIZ DE FORA: CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Gabriela Cruz Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.99720150412

CAPÍTULO 13 136

TECNOLOGIA INCLUSIVA EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA DE USO

Glaucilene Mariano Sales

Letícia Priscila Azevedo de Sousa

Marília Santos Macedo

DOI 10.22533/at.ed.99720150413

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 14 | 139 |
| PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE POR MEIO DA IDENTIFICAÇÃO BRAILLE DO ACERVO DE BIBLIOTECAS NO IFAM: AGENDA 2030 COMO DOCUMENTO NORTEADOR | |
| Layde Dayelle dos Santos Queiroz Priscila Pessoa Simoes | |
| DOI 10.22533/at.ed.99720150414 | |
| CAPÍTULO 15 | 148 |
| PROJETO PERSONA: CONHECER PARA APRENDER A APRENDER | |
| Cicero Eduardo de Sousa Walter Rafael Ângelo dos Santos Leite | |
| DOI 10.22533/at.ed.99720150415 | |
| CAPÍTULO 16 | 160 |
| PROCURANDO POR INOVAÇÃO? QUE TAL USAR UMA FERRAMENTA GRATUITA PARA PROCURAR EM 110 MILHÕES DE PATENTES? | |
| Arnaldo Di Petta Renato Ribeiro Nogueira Ferraz | |
| DOI 10.22533/at.ed.99720150416 | |
| CAPÍTULO 17 | 180 |
| OS DESAFIOS E DILEMAS ENFRENTADOS PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN_CCJE_UFRJ PARA ADEQUAR O ACERVO AOS NOVOS USUÁRIOS INGRESSANTES COM DEFICIÊNCIA VISUA | |
| Priscila Gonçalves Soares Josiane Silva de Alcântara | |
| DOI 10.22533/at.ed.99720150417 | |
| CAPÍTULO 18 | 188 |
| O MERCADO CONSUMIDOR E O DESCARTE DE CELULARES: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO CONSUMO DE “IPHONES” E OS SEUS EFEITOS NA LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS-CONSUMO DA APPLE | |
| Anna Paula Alves Panetta | |
| DOI 10.22533/at.ed.99720150418 | |
| CAPÍTULO 19 | 202 |
| O PAPEL DA BIBLIOTECA PÚBLICA E A LEITURA EM REGIÃO DE POBREZA: UM ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE FUNDÃO | |
| Gabriela de Oliveira Gobbi | |
| DOI 10.22533/at.ed.99720150419 | |
| CAPÍTULO 20 | 213 |
| O BIM NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DESIGNERS PARA AMBIENTES E AS PERSPECTIVAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL | |
| Edgardo Moreira Neto Thais Mendes Sampaio | |
| DOI 10.22533/at.ed.99720150420 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 229 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 230 |

MITOLOGEMAS E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FRENTE ÀS BARREIRAS HISTÓRICO-CULTURAIS

Data de aceite: 01/04/2020

Submissão: 02/01/2020

André Felipe Mautoni Monsores

<http://lattes.cnpq.br/9289958376409904>

Psicólogo Clínico, Faculdade Sul Fluminense -FaSF –
Volta Redonda/RJ– Brasil

Edneusa Lima Silva

Discente do Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Seropédica/RJ - Brasil

Docente do Curso de Graduação em Psicologia,
Faculdade Sul Fluminense - FaSF - Volta Redonda/
RJ – Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2389494467342861>

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a proposta de inclusão da pessoa com deficiência, utilizando como referência os aspectos perceptivos que o público, de modo geral, possui sobre os mitos que estão inscritos nas bases culturais e históricas. Sabe-se que ao se abordar a questão da inclusão de pessoas com deficiência a maior barreira a se transpor é a atitudinal, construída nos valores transmitidos na cultura das diferentes comunidades. Utilizando o contexto contemporâneo e as conquistas oriundas de anos de luta e reivindicação dos movimentos organizados das pessoas com deficiência, é possível, discutir

temas que se perpetuam na contramão da inclusão além da implementação de tecnologias e equipamentos que têm como finalidade promover a inclusão da PCD. Apesar dos mitos sobre a pessoa com deficiência classificarem-se em crenças e contos, possuem força e permanecem vivos e atuantes no imaginário popular. Mesmo que o público leigo não possa identificá-los precisamente, isso não impede que a herança cultural forneça uma visão ou resposta estereotipada e preconceituosa que dificulta a mudança de paradigmas relacionados a capacidade, autonomia e sexualidade das pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Mitologia; pessoa com deficiência; inclusão; políticas públicas

MYTHOLOGEMAS AND SOCIAL INCLUSION OF THE DISABLED PERSON ON HISTORIC-CULTURAL BARRIERS

ABSTRACT: This article proposes a reflection on the proposal for inclusion of people with disabilities, using as reference the perceptive aspects that the public, in general, has about the myths that are inscribed in the cultural and historical bases. It is known that when addressing the issue of inclusion of people with disabilities the biggest barrier to overcome is the attitudinal, built on the values transmitted in the culture of different communities. Using the

contemporary context and the achievements arising from years of struggle and claim of organized movements of people with disabilities, it is possible to discuss issues that perpetuate against inclusion beyond the implementation of technologies and equipment that aim to promote the inclusion of PCD. Although myths about people with disabilities are classified into beliefs and tales, they have strength and remain alive and active in the popular imagination. Even if the lay public cannot identify them precisely, this does not prevent cultural heritage from providing a stereotypical and prejudiced view or response that makes it difficult to change paradigms related to the capacity, autonomy and sexuality of people with disabilities.

KEYWORDS: Mythology; disabled person; inclusion; public policy

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a herança cultural presente nas origens do pensamento ocidental, a fim de investigar se essa forma de pensar e/ou presentificar o passado pode influenciar o modo como as pessoas com deficiência são percebidas, atualmente, e as implicações desses processos de subjetivação na construção de estratégias que visam romper barreiras atitudinais encontradas no seu cotidiano.

Adicionalmente, abordaremos as incoerências recorrentes nos processos de inclusão, propostos tanto pela iniciativa privada quanto pelas políticas públicas, de modo que seja possível descrever a dificuldade que o ser humano possui em fazer contato e se relacionar com a diferença sem recorrer a práticas excludentes ou assistencialistas. Assim, para expor o fato de que o desconhecimento dos mitos, pela população geral, não exclui a influência que exercem na construção das representações sociais, os mitologemas são utilizados como estratégia de comparação no desenvolvimento textual do conteúdo proposto.

Conviver com a diferença é imprescindível para o indivíduo inserido na sociedade contemporânea. Do reconhecimento da existência da diferença entre o eu e os “outros” emerge a consciência da alteridade que, em essência, aponta para a “descoberta do sentimento que se arma dos símbolos da cultura para dizer que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou” (BRANDÃO, 1986, p. 7 apud FRAYZE-PEREIRA, 1994, p.11).

As tradições criadas e mantidas com o objetivo de se instituir uma norma segregam o diferente, estigmatizando os que dela se desviam. Por este motivo, a exclusão social é um processo cultural complexo uma vez que não se encontra radicado apenas em um local, pessoa, grupo ou atitude específica permeando muitos aspectos da vida psíquica e social.

Conforme Sawaia (2001, p. 8) a exclusão social “é um processo sociohistórico que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações”. A partir,

dessa premissa cabe questionar de que forma a deficiência encontrará espaço para existir em uma sociedade de consumo em que as competências intelectuais e a saudabilidade dos corpos são a mercadoria de troca.

Desta forma é essencial ser capaz de identificar as atualizações de mitos estigmatizantes, transmitidos culturalmente de geração em geração ainda que, grande parte da comunidade científica contemporânea acredite na análise de *big data* como modelo mais preciso para explicar o mundo (HAN, 2017).

Entretanto, cabe ressaltar que a análise de *big data* ou de “grande quantidade de dados, estruturados e não estruturados, gerados a cada segundo” (IBE, 2018) só tem sentido se o propósito for exclusivamente direcionado às estratégias de marketing, pois os dados (de navegação, preferências, compras, entre outros gerados) não contemplam o fato de que o sujeito do consumo é constituído por um movimento histórico.

Prescindir a importância da historicidade inerente às sociedades e seus componentes é contribuir para a manutenção da exclusão em especial nas sociedades contemporâneas onde produtividade e consumo são conceitos fundamentais para se apontar o “cidadão” cuja definição ou significação na estrutura capitalista está subjugado a “[...] um sistema inesgotável de novas significações, que, por meio de conexões causais, confere unidade a todas as manifestações da sociedade capitalista, dando sentido aos fenômenos e excluindo os fenômenos que não têm sentido para essa sociedade” (CHAUÍ, 2007 p. 163).

Lima (2006) expõe que o mito na contemporaneidade, não se faz a partir de longas narrativas, pois apresenta como característica primeira a descontinuidade marcada pelos discursos ou a fraseologia (conjunto de frases) que são utilizadas para mascarar o seu conteúdo ideológico, sob a mais “inocente” das naturezas: a linguagem.

Por permear todas as estruturas sociais, os mitos dificilmente sucumbem às evidências científicas apesar de o quão contundentes possam ser. Isso ocorre porque em sua essência são percebidos como narrativas verdadeiras, por terem ligação imemorial com a evolução histórica do pensamento humano que tenta explicar a origem da vida e da natureza da melhor maneira possível, por vezes, recorrendo ao sagrado para reforçar suas conclusões proporcionando desta forma, sensação de sentido às contingências da vida.

Portanto, urge o debate acerca da lógica inclusiva que pressupõe reconhecer a existência de diferenças em todos os indivíduos da raça humana, contudo, permanece prisioneiro do conhecimento estagnado que não mobiliza a sociedade para atender as necessidades de todos (quer seja da pessoa com deficiência, ou não).

2 | MITOS E OCIDENTE – ATUALIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O Brasil é um país que abriga grande diversidade cultural desde o estabelecimento dos colonizadores portugueses. Por ser a base cultural dos países do ocidente, é incontestável a importância da cultura Grega, e, portanto, de seus mitos na formação da subjetividade e do conhecimento do homem ocidental. Segundo TERZIS (1997), a Grécia pode ser considerada o berço de todos os filhos da civilização moderna, pois a partir desse ponto de partida, pode-se descobrir os arquétipos da nossa mente e cultura.

Na Grécia clássica os únicos humanos dignos de ascenderem ao convívio dos Deuses no pós-vida eram os campeões das olimpíadas, nome dedicado a uma série de eventos destinados a testarem os limites da força e resistência de seus participantes e que, não por acaso, etimologicamente significa “Aos pés do Monte Olimpo” monte que, segundo a mitologia grega era a morada dos Deuses. Os campeões olímpicos eram retratados por poetas e artistas como os homens que mais perto da perfeição física chegaram, pois se ornavam com “o dom da glória, traduzido na simplicidade de uma coroa de folhagem, que os deuses lhe depunham por um momento nas mãos, ao som dos aplausos de toda a Grécia reunida em festa” (SILVA, 2000 p. 58).

No que tange as ações associadas ao modo como uma sociedade lida com as diferenças, em especial as deficiências físicas e/ou mentais, é necessário antes entender seu contexto sociohistórico. Em uma sociedade orientada pela busca da forma perfeita, como no caso Grécia clássica, não se deve estranhar que a regra fosse abandonar as crianças disformes em local desconhecido (PLATÃO, 1997 p. 162).

Os mitos na Grécia eram transmitidos como uma narrativa de algo real, que aconteceu em um dado tempo, e eram validados pela autoridade dos poetas que os declamavam possuíam, fazendo com que uma “variante apresentada por um grande poeta” tivesse a potência necessária para se impor “à consciência pública, tornando-se um mito canônico, com esquecimento das demais variantes, talvez artisticamente menos eficazes, mas, nem por isso, menos importantes do ponto de vista religioso.” (BRANDÃO, 1986. p.27)

Ao se associar ao logos, a narrativa do mito prescinde parte de sua força mística que possibilita certa liberdade para adquirir ou suprimir outras variantes, pois de acordo com Chauí (2000), o “logos é uma síntese de três palavras ou ideias: fala/palavra, pensamento/ideia e realidade/ser. Logos é a palavra racional do conhecimento do real.” Portanto pode-se inferir que a introdução do logos na narrativa do mito promove a adoção de uma variante imbuída de lógica determinante, criando uma realidade inerte, pois “é discurso (ou seja, argumento e prova), pensamento (ou seja, raciocínio e demonstração) e realidade (ou seja, os nexos e ligações universais

e necessários entre os seres)” (CHAUÍ, 2000. p. 175).

Portanto, é por meio da inercia produzida pela adoção de uma variante canônica de um mito que seu saber pode ser contestado, posto que saindo do plano da verdade sagrada e imemorial, por meio do *logos* ele se torna secularizado (HABERMAS, 2013). Contudo, as variantes não secularizadas continuam a atuar no imaginário popular garantindo sua transmissão por meio de um saber hermético que não pode ser desqualificado pela ciência.

Antes da instituição da razão como modelo seguro para se conhecer o mundo, o ocidente presenciou o fim da hegemonia cultural exercida pelo Império Romano do Ocidente em 476 d.C. e a ascensão da visão de mundo pautada nos dogmas da religião cristã em especial a católica apostólica romana considerando seus quase mil e quinhentos anos de domínio no ocidente. Portanto, tendo em vista a influência que a visão de mundo cristã teve na constituição do ocidente é importante apontar qual era a visão dos Hebreus acerca da pessoa com deficiência (CHARRONE, 2017).

Para os Hebreus, as pessoas com deficiência traziam a marca dos pecados dos seus pais representados em sua deformidade (LEVÍTICO, 21:18). Por este motivo eram obrigados a viver a margem da sociedade e nem mesmo seus nomes eram conhecidos. Bartimeu o cego de nascença que Jesus curou (MARCOS 10:46) é um desses exemplos posto que, na língua hebraica o prefixo *Bar* significa filho de, ou seja, ao se traduzir do hebraico para o português, Bartimeu na verdade significa “filho de Timeu”, portanto, não se sabe qual era seu verdadeiro nome apenas sabe-se que seu pai se chamava Timeu (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2016). As necessidades básicas da população com deficiência eram garantidas pelos produtores locais e o assistencialismo aliado a exclusão impossibilitava quaisquer possibilidades de autossuficiência.

Em conformidade com Oliveira (2010), ao se considerar a grande influência das culturas Grega e Hebraica no ocidente, logo no Brasil, que obtiveram permissão especial de Deus ou dos deuses para segregar a pessoa com deficiência, qual esperança existe para todos aqueles que não possuem o status de campeão olímpico ou carregam os pecados dos pais?

3 | LEITO DE PROCUSTO NAS PRÁTICAS INCLUSIVAS EDUCACIONAIS

No mito, é possível articular, ao menos três pontos importantes referente ao tema proposto: 1º) diz respeito ao modo que Procusto utilizava para igualar as pessoas, ele as esticava ou as cortava; 2º) refere-se ao fato de que Procusto não foi impedido de agir nem mesmo quando visitado pela deusa Atena, que apenas decidiu intervir por estar incomodada pelos gritos das vítimas e que; 3º) o tormento que Procusto infligia as suas vítimas cessou apenas quando um herói, no caso Teseu,

decidiu intervir e resolver a questão.

O mito do leito de Procusto por ser parte integrante dos ditos ciclos divinos e heroicos possui diversas versões, o que dificulta precisar uma fonte específica, pois de acordo com Grimal (1982 p.21):

O caráter essencial do ciclo é seu fracionamento. O ciclo definitivamente não nasce formado: ele é o resultado de uma longa evolução, no curso da qual episódios originariamente independentes se justapõem desordenadamente e se integram em um todo.

De acordo com o mito, Procusto era descrito como um bandido que roubava quem passasse pela estrada que ligava Mégara a Atenas. Como forma de atrair as pessoas para sua casa oferecia estadia para os viajantes que passavam pela estrada. Os incautos que aceitavam seu convite eram submetidos a um terrível julgamento, que consistia em ser acomodado em uma cama de ferro que deveria refletir seu exato tamanho, nenhum centímetro a mais ou a menos. Caso a vítima deitada nesta cama fosse maior que ela, Procusto amputava-lhe as pernas, se fosse menor ela seria esticada até atingir o tamanho correto. Atena, a deusa da sabedoria, estava incomodada com os gritos das vítimas de Procusto e resolveu ir ter com ele. Quando lá chegou Procusto a convenceu que agia com a melhor das intenções, pois, segundo ele, não fazia nada além de diminuir as diferenças entre os homens. Procusto só foi impedido quando o herói Teseu, que tomado de repulsa pela crueldade de Procusto, colocou-o na própria cama, mas um pouco para o lado, sobrando assim a cabeça e os pés que foram amputados pelo herói.

Apesar do conceito de inclusão ocupar lugar de destaque, ainda se exige da pessoa com deficiência muito além do que pode realizar. Portanto, consonante ao primeiro ponto temos os critérios sociais que se apresentam como recurso de esticá-las para que “caibam” nas fôrmas sociais.

Segundo o senso comum, acredita-se que com esforço e dedicação qualquer obstáculo pode ser superado, ou seja, se a inclusão não logra êxito o problema está em quem não se adequou, pois não se esforçou o suficiente para aproveitar as chances que lhe foram oferecidas.

Ao articular essa alegoria, com o tema deste trabalho, procura-se ilustrar o que acontece quando a inserção fantasiada de inclusão ergue barreiras atitudinais para a construção da singularidade da pessoa com deficiência, sendo o “corte” o ajuste produzido pelos sujeitos que descarta a potencialidade e a vivência que a pessoa com deficiência traz consigo como habilidade desenvolvida/inata condenando-a a ocupar um não-lugar.

Agindo como Atena, encontramos as políticas públicas voltadas para a pessoa

com deficiência que, na tentativa de fazê-las parar de incomodar, lhes oferecem por força de lei acesso à escola nos diferentes níveis, todavia não há alterações nos currículos, na estrutura e nem na capacitação dos profissionais que irão atuar com esse público.

Na realidade do cotidiano escolar, com raríssimas exceções, as pessoas com deficiência recebem concessões para ocupar espaços em que o ensino não lhes garante aprendizagem. São convidadas a se adequar, a caber e a se ajustar e quando não o fazem ou não possuem as competências necessárias, lhes é imputada a responsabilidade por não se apropriar do que lhes foi ofertado.

Para que a proposta inclusiva tenha chance de ser implantada é necessário sair da lógica assistencialista para assumir a lógica isonômica (CF, 1988). No art. 5º da Constituição Federal (1988) encontra-se o princípio da isonomia, que em sua essência, preconiza que os iguais devem ser tratados de forma igual e os desiguais, na exata medida de suas desigualdades (REALE, 2002). Nesta linha de raciocínio, para além de prestar auxílio é necessário instrumentalizar, respeitando a realidade possível, que deverá estar articulada a do próprio sujeito. Reforçando esse princípio, Santos (2003) afirma que:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (p.56).

O dever do Estado e da sociedade em garantir o acesso universal aos serviços públicos, com ênfase para o direito a educação, não significa garantia de resultados, pois o disposto na lei, precisa ser executado por profissionais que acreditem que os direitos são para todos e todas as pessoas. Quando utilizada como ferramenta de segregação a Lei funcionará como Procusto, cujas ações causavam dor e sofrimento.

O terceiro ponto procura evidenciar que o tormento que Procusto infligia as suas vítimas cessou apenas quando um herói, no caso Teseu, decidiu intervir e resolver a questão.

As conquistas relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência são inquestionáveis quando se analisa a Lei 13146/15 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no seu cap. IV, quando trata sobre o direito à educação. O parágrafo único, afirma ser “dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência” (p.9).

Os censos demonstram que o número de pessoas com deficiência, declaradas no censo não estão matriculadas nas escolas regulares e os registros e

acompanhamento nas políticas de saúde, também não possuem conhecimento e nem dados consistentes sobre essas pessoas. De acordo com o diretor de estatísticas educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Carlos Sampaio, em notícia veiculada pela radioagência da Câmara dos Deputados (2016):

no Brasil existem aproximadamente 108 mil escolas que atendem 930 mil alunos com deficiência. 81% desses alunos estudam em instituições públicas e 19% em privadas. 69% desses alunos possuem deficiência intelectual e aproximadamente 15%, deficiência física. Quando inspecionadas, 65% dessas escolas não possuíam instalações adequadas para atender deficientes físicos, e apenas 24% utilizam o Atendimento Educacional Especializado. Ivana de Siqueira também ressaltou dados sobre o Programa BPC na Escola, do MEC, que monitora o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas escolas. Em 2008, foi identificado que 71% dos beneficiários do BPC com deficiência estavam fora da escola. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016)

Assim, garantir o acesso à escola pública sem que a instituição de ensino possua condições mínimas para atender as suas necessidades básicas e fundamentais, incorre no ato de mutilar as potencialidades quer seja, esticando-as ou lhes amputando as pernas, além de seguir na contramão do artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) ao expor que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (p.8).

Conhecedores da realidade da educação brasileira quanto a inclusão da pessoa com deficiência, não há garantia de que esse público terá acesso ao ensino superior ou a formação profissional, pois se a matrícula está garantida por lei, o mesmo não se pode afirmar sobre a permanência e a disponibilização dos recursos necessários para a finalização do curso.

As formas de avaliação cobram desempenhos que são avaliados por nota e, os conteúdos adaptados, atendem aos valores sociais vigentes e não ao conhecimento de qualidade que é direito do PCD, pois:

[...]no âmbito das temáticas que estudam a diversidade está inserida em um contexto de exigências contraditórias, pois, existe, de um lado, uma demanda por excelência no desempenho e, do outro, o desconhecimento sobre as possibilidades de trabalho das pessoas com deficiência. (CARVALHO-FREITAS, 2007. p. 31)

Promover protagonismo torna as pessoas com deficiência os heróis de suas histórias e atuar como facilitador do processo, implica em atuar como mediador entre as exigências educacionais e as habilidades identificadas em cada sujeito.

A deficiência intelectual encontra no ambiente escolar a sua mais sólida barreira. Se a escola foi criada para identificar e desenvolver as competências intelectuais, pergunta-se qual foi a mudança de valores promovida pela escola para atuar com as pessoas com deficiência intelectual? Na escola, a ordem e a disciplina dos corpos é o critério garantidor de progresso. Assim, se há deficiência na estrutura física individual essa disfunção poderá contaminar o “corpo social”.

Ribas (1985) afirma que um corpo deficiente que demonstra dificuldades em organizar os aspectos, sensoriais, perceptivos e cognitivos não se encontra em ordem e, a ausência de ordem condena o sujeito ao fracasso, a falta de realizações e a ser sempre dependente. Se há um conteúdo a ser oferecido e a pessoa com deficiência intelectual tem um ritmo que lhe é peculiar, é importante rever as práticas para incluir todas as crianças com ou sem deficiência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lema da inclusão afirma que todas as pessoas têm o mesmo valor, e que a boa forma da diversidade está nas diferenças individuais que enriquece as relações, as trocas e as produções. A escola é o principal espaço de mudanças e de transformações sociais, depois da família é o ambiente que amplia e refina as habilidades sociais e a convivência. Portanto, incluir com qualidade é o primeiro passo para transformações e mudanças atitudinais. Incluir significa abranger, compreender e somar ao que está instituído novos valores e novas informações.

Educar e incluir significa **prover** e oferecer a todos os alunos oportunidades equitativas, independente da severidade da deficiência, a fim de prepará-los para a vida produtiva. Implica em garantir que cada um ocupe o lugar que lhes cabe por direito. Não é possível mudar o mundo olhando para dentro e, sim pela forma como se escolhe como viver.

Os profissionais da equipe multiprofissional não são os heróis da jornada da pessoa com deficiência. Eles precisam ser reconhecidos como protagonistas de suas histórias e não devem ser expropriados de suas conquistas ou da sua capacidade de contribuir para a construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, J. de Souza. Mitologia Grega Vol. I. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. Inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras – um estudo sobre as relações sobre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Setor de Comportamento Humano nas Organizações. Defesa: Minas Gerais, 2007.

CHARRONE, João Paulo. Construindo a hegemonia na alta idade média: Gregório Magno e as monarquias no ocidente. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Defesa: Rio de Janeiro, 2017.

FRAYZE-PEREIRA, João A. A questão da alteridade. In: Revista Psicologia USP, versão Online, v.5 n.1-2. São Paulo, 1994. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100002 Acesso em: 03/05/2019.

GRIMAL, Pierre. A mitologia Grega. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HABERMAS, Jürgen. Fé e saber. Tradução: Alfred J. Keller. Aparecida: Ed. Ideias e Letras, 2013.

HAN, Byung-Chul. Sociedade da transparência. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. Tradução: Enio Paulo Giachini.

IBE- Institute for Business Education. Conheça 5 exemplos de sucesso com o big data nas empresas. IBE, 17 de abril 2018. Disponível em: <https://www.ibe.edu.br/conheca-5-exemplos-de-sucesso-com-o-big-data-nas-empresas/> Acesso em: 25 de dezembro 2018.

Lei 13146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Comentada / Joyce Marquezin Setubal, Regiane Alves Costa Fayan (orgs.). Campinas: Fundação FEAC, 2016.

LIMA, Silvani Lopes. História, mito e identidade em “O Conquistador” de Almeida Faria. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Sob orientação do professor Pedro Brum Santos, 2006.

OLIVEIRA, Daiana da Silva. Língua Portuguesa: origens e influências. Trabalho apresentado ao Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser Como requisito para obtenção do título de licenciada em Letras, com habilitação em português, inglês e suas respectivas literaturas, sob a orientação da professora Dra. Luciane Silva de Souza Carneiro, 2010.

PLATÃO. A República. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

RIBAS, João Baptista Cintra. O que são pessoas deficientes. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: As artimanhas da exclusão. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. P. 08.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Secretária do MEC aponta falhas na implementação de políticas para estudantes com necessidades especiais. Câmara dos Deputados, Radio Câmara, 2016. Disponível: <https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/493316-secretaria-do-mec-aponta-falhas-na-implementacao-de-politicas-para-estudantes-com-necessidades-especiais/> Acesso em: 04 de abril

2019.

SILVA, Maria de Fátima. Os jogos olímpicos na Grécia antiga: um certame de ideal e de glória. In: O espírito olímpico no novo milênio. Coordenador: Francisco de Oliveira. Coimbra: [s.n.] 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/38366> Acesso em: 04 de abril 2019.

TERZIS, Antonios. A importância da cultura grega na construção dos vínculos. Estudos de Psicologia Vol. 14, nº 2, 81-84, 1997. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v14n2/08.pdf>. Acesso em: 10/08/2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 46, 51, 52, 53, 62, 73, 75, 76, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 180, 181, 183, 184, 186, 214

Agenda 2030 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147

Algoritmos 89, 90, 91, 92, 93, 94

Apple 188, 190, 192, 193, 194, 198, 199, 200

Arquitetura 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 60, 62, 68, 135, 213, 214, 216, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Arte 31, 40, 41, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 168, 205, 206, 207, 208, 212

B

Biblioteca pública 142, 202, 203, 205, 209, 210, 211

Bibliotecas 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 91, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 180, 182, 183, 186, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 212

Biblioteconomia 89, 147, 179, 181, 186, 212

Big data 89, 90, 97, 104

BIM 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228

Braille 74, 75, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 181, 184

C

Casas inteligentes 58, 60, 61, 67, 68

Comunicação 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 53, 61, 89, 109, 117, 130, 136, 155, 156, 181, 191, 192, 217

Conservação 134

Consumo 24, 60, 63, 65, 79, 97, 181, 188, 189, 190, 192, 193, 199, 200

Controladoria 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Coparticipação 42, 43, 45

Crime organizado 18, 26

D

Deficiência visual 74, 75, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 147, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Design de ambientes 58, 65, 67, 216

Direito 1, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 25, 46, 51, 90, 101, 102, 103, 104, 142, 163, 203, 207

Dosvox 74, 76, 136, 137, 138

F

Facções 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26

Falência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14

G

Gestão 28, 30, 33, 61, 63, 69, 70, 71, 72, 76, 87, 89, 90, 91, 93, 109, 110, 112, 114, 118, 119, 121, 125, 131, 135, 151, 158, 159, 177, 179, 181, 191, 215, 228

Gestão da informação 89, 90

I

IFAM 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146

Inteligência competitiva 106, 108, 109, 116, 117, 119, 120

IPO 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88

J

Julgamento 3, 4, 11, 91, 100, 110, 207

L

Leitura 51, 54, 75, 126, 130, 131, 139, 144, 145, 157, 181, 183, 184, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Logística reversa 188, 189, 190, 193, 197, 198, 199, 200, 201

M

Mercado de capitais 77, 78, 79, 86

Mineração de patentes 160, 162, 176

P

Patentes 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179

Patrimônio 11, 80, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135

Pessoas com deficiência 53, 73, 95, 96, 99, 101, 102, 103, 104, 136, 141, 142, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187

Planejamento urbano 124, 126, 131

Pobreza 6, 141, 202, 203, 204, 205, 209, 211

Políticas públicas 95, 96, 100, 160, 203, 205

S

Saúde 7, 28, 30, 90, 102, 155, 156, 203, 204

Sistema prisional 21, 26

Sistemas de informação 111, 115

Softwares 36, 66, 69, 145, 148, 155, 167, 172, 221, 222

T

Tecnologia assistiva 74, 76, 136, 137, 138, 181, 183, 187

U

Underpricing 77, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 87, 88

 **Atena**
Editora

2 0 2 0